



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

REDENÇÃO, 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010 e da Portaria TCU nº. 123/2011, e das orientações do órgão de controle interno.

REDENÇÃO, 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

Administração Superior

Reitor
Prof. Paulo Speller

Vice-Reitora
Profa. Maria Elias Soares

Pró-Reitora de Administração
Adênia Maria Augusto Guimarães

Pró-Reitora de Relações Institucionais
Profa. Selma Alves Pantoja

Pró-Reitora de Graduação
Profa. Jacqueline Cunha da Serra Freire

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
Profa. Stela Maria Meneghel

Pró-Reitor de Planejamento
Prof. Fernando Afonso Ferreira Júnior

Procurador-Chefe
Silton Batista Lima Bezerra

Chefe de Gabinete
Ana Cristina Queiroz

Administração Acadêmica

Coordenadora de Ensino e da Área de Saúde Coletiva
Profa. Andréa Gomes Linard

Coordenadora de Extensão e da Área de Administração
Profa. Sâmia Nagib Maluf

Coordenador da Área de Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável e do Curso de Engenharia de Energias
Prof. George Leite Mamede

Coordenadora da Área de Humanidades e Letras, do Curso de Letras – Língua Portuguesa e do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas
Profa. Monalisa Valente Ferreira

Coordenador da Área de Desenvolvimento Rural
Prof. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo

Coordenadora de Educação Aberta e à Distância
Profa. Maria Aparecida da Silva

Coordenadora de Formação Docente
Profa. Jacqueline Cunha da Serra Freire

Coordenadora do Curso de Administração Pública
Profa. Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Coordenadora do Curso de Agronomia
Profa. Albanise Barbosa Marinho

Coordenadora do Curso de Enfermagem
Profa. Emília Soares Chaves

Coordenador do Curso de Ciências da Natureza e Matemática
Prof. José Berto Neto

Coordenadora da Biblioteca Universitária
Profa. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne

Coordenador de Assuntos Estudantis
José Veríssimo do Nascimento

Unidade Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão

Pró-Reitoria de Administração
Pró-Reitora: Adênia Maria Augusto Guimarães
e-mail: adenia@unilab.edu.br

Organização e Elaboração

Heloísa Viana de Sousa
Contadora

Colaboração

Ana Regina Ratts Frazão
Coordenadora de Recursos Orçamentários

Fabiana Pinto de Almeida
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Horácio Luiz de Sousa
Coordenador de Logística

Francisco Iristenio Souza Cardoso
Coordenador de Serviços Operacionais

Ladislav Trupl
Coordenador de Tecnologia da Informação

Profa. Maria Elias Soares
Vice-Reitora

Maria do Socorro Maia Silva
Gerente do Núcleo de Registro e Acompanhamento Acadêmico

Profa. Stela Maria Meneghel
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

LISTAS DE ABREVIACOES E SIGLAS

AG – Total de alunos regularmente matriculados na graduação
AGE – Número de alunos equivalentes da graduação
AGTI – Números de alunos da graduação em tempo integral
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituices Federais de Ensino Superior
APG – Total de alunos na pós-graduação stricto sensu
APGTI – Número de alunos da pós-graduação em tempo integral
AR – Alunos de residência médica
ARTI – Números de alunos de residência médica em tempo integral
CAPES – Coordenação de Aperfeiamento de Pessoal de Nível Superior
CEPG – Grau de Envolvimento Discente com Ps-Graduação
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econmicas
CGU – Controladoria Geral da União
CIED – Coordenação de Infraestrutura e Desenvolvimento
COGEP – Coordenação de Gestão de Pessoas
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPR – Subsistema de Contas a Pagar e a Receber
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAS – Direção e Assessoramento Superior
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DCF – Departamento de Contabilidade e Finanas
DE – Dedicaco exclusiva
DOU – Diário Oficial da União
DPC – Duração padrão do curso
EEEP – Escola Estadual de Educação Profissional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FCPC – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Servio
GPE – Grau de Participação Estudantil
IQCD – ndice de qualificação do corpo docente
LOA – Lei Oramentria Anual
MEC – Ministério da Educação
MINTER-CAPES – Mestrado Interinstitucional em Rede da CAPES
NDI – Número de diplomados
NI – Número de alunos que ingressaram
ONU – Organização das Naes Unidas
PLOA – Projeto de Lei Oramentria Anual
PPA – Plano plurianual
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PROPPGE – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RP – Restos a pagar
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Servios Gerais
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIMEC – Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SPO – Secretaria de Planejamento e Orçamento

SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TSG – Taxa de Sucesso na Graduação

UFC – Universidade Federal do Ceará

UG – Unidade Gestora

UGO – Unidade Gestora Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Identificação da Universidade – Relatório de Gestão Individual	13
Quadro 2 – Identificação da Unidade Orçamentária	23
Tabela 1 - Execução física das ações realizadas pela Unilab	20
Tabela 2 – Programação de Despesas Correntes	24
Tabela 3 – Programação de Despesas de Capital	25
Tabela 4 – Resumo da Programação de Despesas	26
Tabela 5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	27
Tabela 6 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da Universidade	29
Tabela 7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Universidade	31
Tabela 8 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da Universidade	33
Tabela 9 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos pela Universidade por movimentação	35
Tabela 10 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	36
Tabela 11 – Força de trabalho da Universidade – Situação apurada em 31/12	38
Tabela 12 – Situações que reduzem a força de trabalho da Universidade – Situação em 31/12	39
Tabela 13 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Universidade (Situação em 31 de dezembro de 2011)	40
Tabela 14 – Quantidade de servidores da Universidade por faixa etária - Situação apurada em 31/12	41
Tabela 15 – Quantidade de servidores da Universidade por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	42
Tabela 16 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva ...	43
Tabela 17 – Contratos de locação de mão de obra	45
Tabela 18 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	46
Tabela 19 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	48
Tabela 20 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	50
Tabela 21 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002	50
Tabela 22 – Considerações para o cálculo do número dos professores equivalentes	51
Tabela 23 – Considerações para o cálculo do número dos funcionários equivalentes	51
Tabela 24 – SESu – Áreas, Fator de Retenção e Duração Padrão	52
Tabela 25 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002	53
Tabela 26 – Pesos para o cálculo da taxa de sucesso na Graduação	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Identificação	13
2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIVERSIDADE.....	15
2.1 Responsabilidades Institucionais.....	15
2.1.1 Competência institucional.....	15
2.1.2 Objetivos estratégicos	15
2.2 Programas de Governo sob a responsabilidade da Universidade.....	19
2.2.1 Execução física das ações realizadas	19
2.3 Desempenho orçamentário/financeiro	23
2.3.1 Programação orçamentária das despesas	23
2.3.1.1 Programação de despesas correntes.....	23
2.3.1.2 Programação de despesas de capital.....	24
2.3.1.3 Resumo da programação de despesas	25
2.3.1.4 Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	26
2.3.2 Execução orçamentária das despesas.....	28
2.3.2.1 Execução orçamentária de créditos originários da Universidade	28
2.3.2.2 Execução orçamentária de créditos recebidos pela Universidade por movimentação.....	34
3 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS.....	37
3.1 Composição do quadro de servidores ativos	37
3.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Universidade	37
3.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Universidade.....	38
3.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Universidade	39
3.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Universidade, segundo a idade.....	41
3.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Universidade, segundo a escolaridade	41
3.2 Terceirização de mão de obra empregada pela Universidade	42
3.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Universidade.....	42
3.2.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	44
4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	46
5 INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA E O TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	46
6 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	47
7 GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	48
8 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	50
9 INDICADORES DE DESEMPENHO DO TCU	50
10 PROJETO DESENVOLVIDO POR FUNDAÇÃO.....	54
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui uma das peças do processo de prestação de contas relativa ao exercício de 2011 da atual gestão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) a que está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal e apresentada aos órgãos de controle interno e externo da administração pública, à comunidade universitária e ao público em geral.

O relatório incorpora e examina com destaque os aspectos mais relevantes da gestão da Unilab, de forma a possibilitar uma avaliação criteriosa dos vários programas e ações desenvolvidos pela administração central da instituição.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e os atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: a Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº. 108/2010, que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar o relatório de gestão referente ao exercício de 2011, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação; e a Portaria TCU nº. 123/2011, dispondo sobre as orientações de preenchimento dos conteúdos do relatório de gestão.

Este relatório de gestão está estruturado de forma a espelhar a organização e a apresentação do conteúdo, de acordo com o roteiro do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 108/2010 e da Portaria TCU nº. 123/2011, ressalvando que, para o conteúdo geral deste relatório, não se aplicam alguns itens estabelecido no Anexo II, Parte A da referida decisão normativa, pois constituem fatos e/ou situações que não se verificaram na Unilab e, portanto, não são informados no presente relatório de gestão, a saber:

- a) item 2, letra b (estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais) – a Unilab não possuía em 2011 unidade administrativa de planejamento estruturada, motivo pelo qual não foram definidas as estratégias de planejamento;
- b) item 2, letra c, I (execução de programas de governo sob a responsabilidade da Universidade) – a Unilab não é responsável pela execução de programas de governo, por estar subordinada à setorial do MEC, de modo que apenas as secretarias do MEC apresentarão essas informações;
- c) item 2, letra d, III (indicadores institucionais) – a Unilab não fez uso, em 2011, de indicadores institucionais para medir os produtos, os serviços e os resultados alcançados pela gestão;
- d) item 3 (informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos) – para o exercício de 2011, não houve movimentação nas contas contábeis 2.1.211.11.00, 2.1.212.11.00, 2.1.213.11.00, 2.1.215.22.00 e 2.1.219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e nenhuma dessas contas apresentou saldo diferente de zero no final do exercício;
- e) item 4 (informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores) – como a Unilab teve, no exercício de 2011, a execução do seu primeiro orçamento, não há restos a pagar de exercícios anteriores. Todos os restos a pagar registrados em 2012 dizem respeito aos empenhos de 2011 liquidados, ou não, e não pagos até o final do exercício de 2011;
- f) item 5, letra b (composição do quadro de servidores inativos e pensionistas) – a Unilab não possui servidores inativos e pensionistas no seu quadro de pessoal;
- g) item 5, letra c (composição do quadro de estagiários) – a Unilab não possui quadro de estagiários próprio, portanto, não possui contratos vigentes com estagiários. Vale ressaltar que, em 2011, a PROPPGE recebeu apenas 3 (três) estagiários de nível médio mediante parceria com a EEEP Adolfo Pereira de Souza e o Governo do Estado do

- Ceará, não tendo havido dispêndio de recursos por parte da Unilab, pois os estagiários eram remunerados pelo Governo do Estado do Ceará;
- h) item 5, letra e (locação de mão de obra) – no tocante apenas às informações sobre a terceirização de cargos e atividades do plano de cargos da Universidade e sobre os empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados, tendo em vista que a Unilab não incorreu em 2011 em nenhuma dessas situações;
 - i) item 5, letra f (indicadores gerenciais sobre recursos humanos) – a Unilab não utilizou, em 2011, indicadores para gerenciamento de recursos humanos;
 - j) item 6 (informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes em 2011) – a Unilab não possuiu, em 2011, instrumentos de transferências vigentes para incluir no relatório de gestão;
 - k) item 9 (informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno) – a Unilab não possuiu, em 2011, sistema de controle interno, devido à falta de pessoal no quadro para desenvolver tais atividades de controle e monitoramento no âmbito da instituição;
 - l) item 11 (informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Universidade, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros) – a Unilab não possui bens imóveis de uso especial de propriedade da União, nem locados de terceiros;
 - m) item 13 (informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nº. 5.355/2005 e 6.370/2008) – a Unilab não utiliza cartões de crédito corporativo para realizar pagamentos;
 - n) item 14 (informações sobre renúncia de receitas) – a Unilab não possui gestão sobre nenhum tipo de incentivo ou benefício tributário caracterizado como renúncia de receitas tributárias junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Seguridade Social;
 - o) item 15 (informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno vinculado à Universidade ou as justificativas para o não cumprimento) – a Unilab não recebeu auditorias do TCU para serem atendidas, nem possui unidade de controle interno estruturada;
 - p) item 16 (informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento) – a Unilab não possui unidade de controle interno estruturada.

Além desses itens, não foi demonstrada a composição do quadro de custos de pessoal, que discrimina a natureza de despesas variáveis de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos (servidor de carreira que não ocupa cargo em comissão, servidor temporário, servidor cedido com ônus ou em licença, servidor ocupante de função gratificada, dentre outros), relativas aos dois exercícios imediatamente anteriores, tendo em vista que a Unilab não dispõe de execução orçamentária nos anos anteriores (2009 e 2010). Com relação ao exercício de 2011, os valores extraídos do SIAPE por meio de relatórios não demonstraram, de forma consistente, as despesas variáveis segregadas por tipologia de servidor.

Deve-se destacar que, dentre as ações empreendidas em 2011, a Unilab realizou atividades de planejamento e de cunho acadêmico, desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Graduação, dentre elas a I Jornada Pedagógica; a matrícula dos alunos estrangeiros e a apresentação dos coordenadores de cursos aos alunos; a reunião para planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo curso de Enfermagem, na Área da Saúde; II Encontro Pedagógico; reunião com as coordenações de cursos, tendo como pauta os componentes curriculares comuns e obrigatórios; II Oficina da UNILAB para tratar da Cooperação Internacional; os curso de Modelos e Princípios em Biologia do

Desenvolvimento e *Frontiers in Cell and Development Biology Symposium*. Além dessas atividades, foi realizada a estruturação física, de material permanente e de consumo, dos laboratórios de Microscopia, de Produção de lâminas e de Biologia.

No âmbito institucional, a Unilab, por meio da Assessoria de Relações Institucionais realizou ações integradas, dentre elas, a submissão do Projeto da Cátedra UNESCO e Rede Unitwin; reuniões com o Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, com o Ministro da Educação de Guiné Bissau, e reunião técnica internacional sobre Cooperação Sul-Sul, entre os países de língua portuguesa no campo da Educação de Jovens e Adultos; submissão de projeto do Centro de Referência do Estudante Africano no Brasil, na Secretaria de Direitos Humanos; realizou missões de prospecção promovida pela ABC em São Tomé e Príncipe; em Cabo Verde sobre Educação a Distância; em Barcelona e em Lisboa; e, participou, por meio de representantes, do seminário da Plataforma de Projetos Brasil-Moçambique.

A Unilab fornece refeições por meio do Restaurante Universitário, desde o dia 26 de maio de 2011, quando foram iniciadas as atividades com o compromisso de fornecer refeições balanceadas aos estudantes, servidores e demais colaboradores, além de desempenhar uma função social. Portanto, em 2011, foram produzidas aproximadamente 41.500 refeições, entre almoços e jantares. O modelo de gestão adotado foi a terceirização, o que permite a administração concentrar seus esforços na atividade fim dessa instituição.

Durante o ano de 2011, para permitir o início das atividades das Unilab no Campus da Liberdade, foi instalada toda a rede de dados, por meio da Coordenação de Tecnologia da Informação, incluindo a instalação de todos os computadores das salas, do Laboratório de Informática e da Biblioteca, além da instalação de redes sem fio para vários setores específicos e para a comunidade acadêmica, com mais de 10 pontos de acesso. Também foi colocado acesso à Internet no bloco didático através de fibra ótica, com acesso para comunidade via rede sem fio e por meio de cabo nas salas de aula para apoio didático. O acesso à Internet também foi instalado em 2011, sendo inicialmente um link de 2Mbps e, posteriormente, ampliado para 4Mbps, tudo com auxílio do ponto de presença no Estado do Ceará da Rede Nacional de Pesquisa (pop-Ce da RNP). Também foram instalados os equipamentos de Vídeo Conferência na STI/UFC.

Em termos de sistemas de tecnologia da informação, a Unilab adquiriu, em 2011, com 13 servidores e 2 Storages em espaço cedido pela Universidade Federal do Ceará (UFC), no prédio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), onde estão sendo abrigados os serviços prestados à comunidade como: Sistema Acadêmico, Sistema de Pessoal, Sistema de Orçamento, Almoxarifado e Patrimônio. Todos os sistemas foram cedidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e ainda estão em implantação. Além desses, a Unilab conta também com o serviço de educação à distância (Moodle); serviço de DNS e serviço de portal da Unilab, inicialmente em Windows e atualmente modificado para plataforma livre.

Em relação aos planos da gestão para o exercício de 2012, toda ênfase será dada à necessidade de prosseguimento das ações relacionadas à construção do Campus das Auroras; à melhoria e à ampliação na infraestrutura do Campus da Liberdade; à implantação do Campus de São Francisco do Conde, na Bahia; ao aperfeiçoamento do sistema de informação adotado, especialmente, aperfeiçoando os controles acadêmicos da graduação, da pós-graduação, da área de pessoal e da área administrativa; ao aprimoramento dos instrumentos gerenciais e à efetivação de um novo ciclo de avaliação interna da instituição.

1.1 Identificação

Quadro 1 – Identificação da Universidade – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 109912
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira		
Denominação abreviada: Unilab		
Código SIORG: 109912	Código LOA: 26442	Código SIAFI: 158565
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia		
Principal Atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação		Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(85) 3332-1410	
Endereço Eletrônico: reitor@unilab.edu.br		
Página na Internet: http://www.unilab.edu.br		
Endereço Postal: Avenida da Abolição, 03, Centro, CEP: 62.970-00, Redenção-CE		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº. 12.289, de 20 de julho de 2010.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Portaria MEC nº. 936, de 21 de julho de 2010, que designa o Reitor pro tempore da Unilab.		
Portaria MEC nº. 982, de 28 de julho de 2010, que designa o Reitor pro tempore da Unilab.		
Resolução nº 02/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Ciências da Natureza e Matemática, modalidade Licenciatura, da Unilab.		
Resolução nº 03/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Enfermagem, modalidade Bacharelado, da Unilab.		
Resolução nº 04/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade Bacharelado, da Unilab.		
Resolução nº 05/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Engenharia de Energias, modalidade Bacharelado, da Unilab.		
Resolução nº 06/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Agronomia, modalidade Bacharelado, da Unilab.		
Resolução nº 07/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Letras, com habilitação em Língua Espanhola e suas Literaturas, modalidade Licenciatura a Distância, da Unilab.		
Resolução nº 08/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas, modalidade Licenciatura a Distância, da Unilab.		
Resolução nº 09/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade Bacharelado a Distância, da Unilab.		
Resolução nº 10/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 13 de dezembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade Bacharelado a Distância, da Unilab.		
Portaria GR nº 16, de 19 de outubro de 2010, que institui o Conselho Superior pro tempore.		
Portaria GR nº 111, de 28 de julho de 2011, que trata da constituição da comissão para elaboração do Projeto Estatuinte da Unilab.		
Portaria GR nº 147, de 25 de outubro de 2011, que altera o art. 3º da Portaria GR nº. 16, de 19 de outubro de 2010.		
Resolução nº. 02/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 18 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o regime de trabalho do Magistério Superior da Unilab, estabelece a carga horária de aulas dos docentes e dá outras providências.		
Resolução nº. 06/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 16 de maio de 2011, que regulamenta o funcionamento dos cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização, da Unilab.		
Resolução nº. 20/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 11 de novembro de 2011, que aprova a criação do Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa, modalidade licenciatura, da Unilab.		
Resolução nº 21/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 11 de novembro de 2011, que aprova a criação do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Unilab.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

Fonte: SIORG (2011), SIAFI (2011).

2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIVERSIDADE

Este item do Relatório de Gestão contempla as informações sobre o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da Universidade, considerando o atingimento dos objetivos e das metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades, contemplando as informações sobre as responsabilidades institucionais, a estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais, os Programas de Governo sob a responsabilidade da Universidade e o desempenho orçamentário/financeiro.

Dessa forma, tem por objetivo apresentar os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão, com base em informações de programação e execução orçamentária, física e financeira, considerando os objetivos e programas de governo associados à Universidade.

2.1 Responsabilidades Institucionais

2.1.1 Competência institucional

A Unilab foi criada por meio da Lei nº. 12.289, de 20 de julho de 2010, tem natureza jurídica de autarquia, integra a rede federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, no Estado do Ceará, conforme artigo 1º desta Lei.

A Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional, conforme definição do artigo 2º da Lei nº. 12.289/10 (BRASIL, 2010).

Conforme definido em Lei, os cursos da Unilab serão ministrados, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo a formação de professores, o desenvolvimento agrário, a gestão, a saúde pública e as demais áreas consideradas estratégicas (BRASIL, 2010).

2.1.2 Objetivos estratégicos

A instalação da Unilab na cidade de Redenção, no Estado do Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, não representa apenas o atendimento das metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país – como é o caso do Maciço do Baturité, onde está instalada. Aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que tem por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa.

A Unilab está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à política do governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação Sul-Sul, com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da cooperação solidária, a Universidade valoriza e apoia o potencial de

colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior.

A Unilab tem como missão produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Para tanto, a Unilab tem como objetivo geral promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social.

Os objetivos específicos da Unilab são:

- a) atuar em áreas estratégicas que permitam a produção de conhecimento e a formação de estudantes brasileiros e de países de expressão em língua portuguesa comprometidos com o projeto de cooperação solidária Sul-Sul;
- b) promover mobilidade acadêmica e intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais) em todas as áreas do saber, ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;
- c) incorporar às práticas docentes e acadêmicas uma visão epistemológica coerente com a complexidade dos saberes (formais e informais, científicos e tradicionais) e promotora da integração de atividades artísticas, culturais e esportivas no processo formativo;
- d) desenvolver recursos pedagógicos e metodologias que permitam a apropriação, por docentes e estudantes, das tecnologias da informação e da comunicação em todas as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão;
- e) adotar princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento.

Dados a missão e os objetivos da Unilab e tendo em vista potencializar a interação acadêmica na perspectiva da cooperação solidária, foram definidas as áreas e os temas de importância estratégica para o desenvolvimento da Universidade, por meio do levantamento realizado sobre temas e problemas comuns ao Brasil e aos países parceiros, sobretudo os africanos, com base em estudos elaborados por consultores, em viagens de trabalho e, ainda, em apresentações e debates sobre a Unilab no Brasil e no exterior. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo, em especial, nos países africanos.

É importante lembrar que, neste processo de prospecção, foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais e relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social. Como resultado, foram identificadas como áreas com prioridade de atuação da Universidade:

- a) agricultura: a produção de alimentos de forma ecológica e socialmente sustentável, bem como sua distribuição, é estratégica em todo mundo, mas especialmente nos países africanos onde, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), está concentrada a maior parte da população mundial em situação de precariedade alimentar;
- b) saúde coletiva: a promoção da saúde coletiva e a formação de pessoal para Programas Comunitários de Saúde são indicadores mundiais de desenvolvimento humano. No

Brasil e em países parceiros do projeto da Unilab, mostrou-se fundamental promover formação básica nesta área, com atenção à sanidade humana e animal;

- c) educação básica: o domínio da leitura, escrita e operações matemáticas é determinante na promoção da cidadania. Sendo assim, na Unilab a formação de professores de educação básica terá prioridade, sendo realizada segundo princípios e em ambiente de respeito às diversidades (étnica, religiosa, de gênero etc.), ao pluriculturalismo e ao multilinguismo, e com vistas à promoção da arte e da cultura dos países;
- d) gestão pública: o histórico dos países envolvidos no projeto da Unilab indica a importância de desenvolver e fortalecer, em diversas áreas, conhecimentos e estratégias de organização e promoção da gestão pública, disseminando mecanismos de participação democrática, transparência de gestão e inclusão social;
- e) tecnologias e desenvolvimento sustentável: a formação de pessoas para conceber, projetar e desenvolver infraestrutura tecnológica para o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista as características e os recursos existentes em cada país/região, é fundamental para todas as nações que buscam autonomia na produção de itens básicos de sobrevivência da sua população.

Dessa forma, a Unilab organiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão comunitária nas áreas destacadas acima, promovendo-as em plena integração com as demandas de formação e produção de conhecimento dos países envolvidos.

Para tanto foram criados, neste primeiro ano da Universidade, os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Ciências Naturais, Enfermagem e Engenharia de Energias.

As diretrizes de criação da Unilab, no que tange à política de pesquisa e pós-graduação, apontam para os princípios de:

- a) desenvolvimento da pesquisa como base da formação acadêmica em todos os níveis;
- b) produção de conhecimento comprometida com as demandas sociais;
- c) valorização e uso de ferramentas/ inovações tecnológicas em consonância com o contexto social e político;
- d) cooperação solidária.

A política de pesquisa e pós-graduação será orientada, portanto, a contribuir com o desenvolvimento científico-tecnológico e social dos países parceiros por meio da formação em pesquisa e produção de conhecimento nas áreas consideradas estratégicas, atendendo aos interesses da região do Maciço e dos países e instituições parceiras e em atenção às suas demandas sociais e respeito ao meio ambiente.

Assim, na Unilab, pesquisa e pós-graduação devem ter como principal referencial de qualidade a capacidade de formar profissionais e produzir conhecimento com relevância social. A chamada “excelência acadêmica” se mostrará e confirmará à medida que realizada com pertinência social, produzindo a ciência, a tecnologia e as inovações necessárias ao desenvolvimento humano, econômico e social dos países parceiros.

Nessa perspectiva, é fundamental o conceito de cooperação solidária. Pois a formação de pessoas qualificadas, o intercâmbio de docentes e discentes, os trabalhos em rede por meio de convênios internacionais, dentre outras atividades características de uma instituição acadêmica de alto nível, serão construídos pelo esforço conjunto dos países participantes dos projetos e terão por mérito propiciar benefícios a todos, atingindo o objetivo de fazer ciência e tecnologia conforme demandas específicas.

Visando a estabelecer práticas e metodologias capazes de atender a este desafio, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- a) inserção, no currículo, de debates sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade como forma de incentivo à cultura e produção do conhecimento científico em perspectiva crítica;
- b) criação de programas de apoio à prática da pesquisa, valorizando-a como parte vital da formação de profissionais aptos a propor soluções alternativas e criativas em face das demandas de transformação social;
- c) promoção e estímulo à criação de programas de formação de pesquisa (em todos os níveis) e à realização de projetos investigativos de natureza interdisciplinar, interinstitucional e internacional;
- d) desenvolvimento de programas de pós-graduação e projetos de pesquisa voltados ao contexto e demandas de produção de conhecimento nos países lusófonos, especialmente entre África e Brasil, geradores de processos e produtos tecnológicos com respeito ao desenvolvimento sustentável;
- e) desenvolvimento de linhas de pesquisa que privilegiem estudos comparativos, em particular entre Brasil e África;
- f) criação de bases de dados e núcleos de estudos que, voltados a temas estratégicos para a promoção do desenvolvimento técnico-científico e cultural, promovam e potencializem trocas de informações e a criação de redes de pesquisadores, otimizando e/ou transferindo resultados aplicáveis a realidades sociais, culturais e econômicas específicas e articuladas ao desenvolvimento regional;
- g) realização de eventos técnicos, científicos e culturais que alimentem um ambiente de formação e debate crítico sobre a inovação tecnológica e sociedade;
- h) criação de uma estrutura que viabilize a obtenção dos meios/recursos físicos e materiais necessários ao desenvolvimento da atividade investigativa, desde a manutenção da infraestrutura à prospecção de recursos em agências e organismos internacionais.

No âmbito da política de pesquisa e pós-graduação da Unilab cabe ressaltar que a política de formação em programas *stricto sensu* e *lato sensu* tem por objetivos:

- a) formar pesquisadores altamente qualificados para suprir demandas de pessoal e desenvolvimento tecnológico dos países lusófonos;
- b) formar redes de pesquisa, em todos os países, que se tornem referência na discussão e produção de conhecimento relevante nas áreas e temas considerados estratégicos.

A política de pós-graduação a ser construída nos primeiros anos de implantação da Universidade terá por objetivo criar, a partir de cooperação acadêmica no país (mestrados e doutorados interinstitucionais), cursos e programas de pesquisa nas áreas estratégicas. Estes devem auxiliar na geração de pessoal qualificado e capacitado a potencializar a cooperação docente e discente com os países de língua portuguesa, bem como a gerar núcleos e grupos de pesquisa nas áreas estratégicas.

Neste sentido, cabe destacar que está em andamento, na Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), proposta de criação de uma rede de instituições de ensino superior brasileiras cujos programas de pós-graduação tenham condições de ofertar cursos na modalidade Mestrado Interinstitucional em Rede (MINTER-CAPES). Caberá à Unilab elaborar e coordenar o projeto desta rede, cujo propósito será formar, prioritariamente, estudantes dos países parceiros nas áreas estratégicas de cooperação solidária.

2.2 Programas de Governo sob a responsabilidade da Universidade

Este item do Relatório de Gestão compreende a análise dos programas de governo sob a responsabilidade da Universidade, mediante o demonstrativo de Execução Física das ações realizadas, que apresenta os resultados físicos alcançados pela Universidade na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2011.

2.2.1 Execução física das ações realizadas

Este item do Relatório de Gestão apresenta os resultados físicos alcançados na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA), do exercício de 2011. A tabela 1 relaciona as ações orçamentárias constantes da LOA, em 2011, que foram objeto de gestão pela Universidade, sendo composta por 10 (dez) itens de informação que detalham a LOA, bem como a meta a ser realizada em 2012, conforme descrito a seguir.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	3	-	-	-	-
12	122	1073	09HB	OP	3	-	-	-	-
12	301	0750	2004	A	3	Pessoa beneficiada	715	35	200
12	301	0750	20CW	A	3	Servidor beneficiado	286	0	200
12	306	0750	2012	A	3	Servidor beneficiado	286	74	200
12	331	0750	2011	A	3	Servidor beneficiado	120	25	200
12	364	1073	125B	P	3	Vaga disponibilizada	350	360	680
12	364	1073	125B	P	3	Vaga disponibilizada	1	0	-
12	364	1073	4002	A	3	Aluno assistido	350	111	680
12	364	1073	4009	A	3	Aluno matriculado	500	338	680
12	365	0750	2010	A	3	Criança atendida	96	5	100

Tabela 1 - Execução física das ações realizadas pela Unilab

Fonte: SIAFI Gerencial (2011) e Módulo PPA-Monitoramento e Avaliação do SIMEC (2011).

A tabela 1 apresenta as 11 (onze) ações contempladas no orçamento da Unilab no exercício de 2011, a saber:

- a) 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis;
- b) 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
- c) 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- d) 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;
- e) 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- f) 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- g) 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab (esta ação foi separada em duas ações distintas para contemplar a meta física a ser executada no âmbito do Estado do Ceará, para o Campus de Redenção, e a meta física a ser executada no Estado da Bahia, para o Campus de São Francisco do Conde);
- h) 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior;
- i) 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação – no Estado do Ceará;
- j) 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.

Ao analisar a execução física das ações realizadas pela Unilab, demonstrada na tabela 1, pode-se afirmar que 3 (três) ações não tiveram execução física, em 2011, a seguir:

- a) a ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – não possui execução pois a Unilab não possui servidores aposentados e pensionistas no quadro de pessoal;
- b) a ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – não foi executada pois a Universidade não dispõe ainda de estrutura de pessoal que viabilizasse a realização dos exames ou a contratação de serviços terceirizados;
- c) a ação 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) – contemplava como meta física a ser executada 1 (uma) vaga disponibilizada no Estado da Bahia, para implantação do Campus de São Francisco do Conde, entretanto, não foram executadas as obras neste Campus, sendo o orçamento objeto de bloqueio, conforme orientações do Ofício Circular nº. 10/2011 GAB/SPO/SE/MEC, em maio de 2011.

Com relação às demais ações em que ocorreu execução, pode-se afirmar o seguinte:

- a) a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – não possui meta física por se tratar de uma operação especial, entretanto, pode-se afirmar que houve execução orçamentária nessa ação em decorrência das contribuições realizadas pela Universidade ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores;
- b) a ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – teve como meta prevista beneficiar 715 pessoas no âmbito da Unilab, entretanto, devido ao número reduzido de servidores efetivos pertencentes ao quadro de pessoal da instituição, apenas 35 servidores solicitaram e foram beneficiados com o ressarcimento referente aos gastos com assistência médica e odontológica;
- c) a ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – teve como meta prevista beneficiar 286 servidores no âmbito da Unilab, entretanto, como não deu tempo de convocar os aprovados no primeiro concurso público realizado pela instituição, ainda no exercício de 2011, bem como devido ao número reduzido de servidores efetivos

pertencentes ao quadro de pessoal, apenas os 74 servidores que compõem o quadro de pessoal, até o final de 2011, foram beneficiados por essa ação orçamentária;

- d) a ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados – teve como meta prevista beneficiar 120 servidores da instituição, entretanto apenas 25 servidores se enquadraram nas hipóteses de concessão e vantagens para solicitar o referido auxílio financeiro;
- e) a ação 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab – teve como meta física, a ser executada no âmbito do Estado do Ceará, para o Campus de Redenção, a disponibilização de 350 vagas, entretanto, foram disponibilizadas 360 vagas para os 3 (três) trimestres letivos que ocorreram em 2011, sendo a única ação a superar a meta física prevista em 10 vagas;
- f) a ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior – teve como meta física a assistência financeira a 350 alunos, entretanto, até o final de 2011, apenas 111 alunos foram assistidos nos diversos programas de assistência estudantil realizados no âmbito da instituição;
- g) a ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação – no Estado do Ceará – teve como meta física prevista 500 alunos matriculados na instituição, entretanto, até o final de 2011, existiam 338 alunos regularmente matriculados;
- h) a ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – teve como meta física prevista o atendimento a 95 crianças por meio da concessão do benefício do auxílio-creche aos dependentes dos servidores, entretanto, apenas 5 dependentes de servidores enquadraram-se nas regras para concessão do benefício e fizeram jus à assistência.

No tocante às metas previstas para 2012, pode-se afirmar que houve mudança na composição de alguns programas no âmbito do Ministério da Educação, bem como alteração de algumas ações, tendo em vista a elaboração e aprovação do Plano Plurianual 2012-2015.

Dessa forma, a Unilab passa a gerir 15 ações orçamentárias da LOA de 2012 com as seguintes metas físicas:

- a) 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – como se trata de operação especial, não possui meta física;
- b) 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab – meta física: 680 vagas disponibilizadas;
- c) 20GK – Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão – meta física: 25 projetos apoiados;
- d) 20RK – Funcionamento das Universidades Federais – meta física: 680 alunos matriculados;
- e) 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior – meta física: 680 alunos assistidos;
- f) 6328 – Universidade Aberta e a Distância – meta física: 80 vagas disponibilizadas;
- g) 00H1 – Pagamento de Pessoal Ativo da União – meta física: 200 servidores beneficiados;
- h) 00IE – Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES – meta física: 1 unidade;
- i) 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – como se trata de operação especial, não possui meta física;
- j) 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – meta física: 200 pessoas beneficiadas;
- k) 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – meta física: 100 crianças atendidas;

- l) 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados – meta física: 200 servidores beneficiados;
- m) 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – meta física: 200 servidores beneficiados;
- n) 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – meta física: 200 servidores beneficiados;
- o) 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – meta física: 100 servidores capacitados.

2.3 Desempenho orçamentário/financeiro

Este item do Relatório de Gestão traz um grupo de demonstrativos que possui a finalidade de demonstrar como ocorreu o desempenho orçamentário e financeiro da Universidade e está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: programação orçamentária das despesas; execução orçamentária das despesas e indicadores institucionais.

2.3.1 Programação orçamentária das despesas

Este item traz um grupo de demonstrativos que compreende as informações sobre a programação orçamentária da Universidade, demonstradas separadamente, a saber: programação de despesas correntes; programação de despesas de capital; resumo da programação de despesas; reserva de contingência e movimentação orçamentária por grupo de despesa.

Essas informações referem-se à Unidade Orçamentária (UO) que detêm as programações orçamentárias que compõem o Relatório de Gestão, conforme identificada no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	26442	158565

Fonte: SIAFI (2011).

Como pode-se observar do Quadro 2, a Unilab possui apenas uma unidade orçamentária (26442) vinculada a única unidade gestora orçamentária (158565).

2.3.1.1 Programação de despesas correntes

Para apresentação das informações referentes à programação de despesas correntes da Unilab, em 2011, a tabela 2, a seguir, está organizada em 3 (três) colunas duplas, que contemplam os 3 (três) grupos de despesa que compõem a categoria econômica das “despesas correntes”, englobando os valores orçados para as despesas relativas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, aos juros e encargos da dívida e às outras despesas correntes.

Cada grupo de despesa corrente foi segmentado nos exercícios de 2010 e 2011, contudo, a unidade orçamentária da Unilab não foi contemplada com orçamento em 2010, tendo em vista que a Universidade somente foi criada por lei em julho de 2010, motivo pelo qual as colunas referentes ao ano de 2010 encontram-se em branco.

As linhas da tabela 2, por sua vez, estão divididas em 3 (três) grupos de informação, a saber:

- a) LOA – compreendendo a dotação proposta pela UO, Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada;

- b) Créditos – compostos pelos créditos suplementares, especiais abertos e especiais reabertos, extraordinários abertos e extraordinários reabertos e créditos cancelados;
 c) Outras operações.

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes (Valores em R\$ 1,00)					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	17.250.000,00				19.432.424,55	
	PLOA	17.250.000,00				20.437.355,00	
	LOA	17.250.000,00				20.437.355,00	
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados	8.000.000,00				1.029.342,00		
Outras Operações							
Total		9.250.000,00	-	-	-	19.408.013,00	-

Tabela 2 – Programação de Despesas Correntes

Fonte: Proposta Orçamentária da Unilab (2010), Câmara dos Deputados (2011) e SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 2, pode-se verificar que a programação orçamentária proposta pela Universidade, o Projeto de LOA (PLOA) e a própria LOA aprovada, em relação às despesas correntes (pessoal e encargos sociais), apresentaram os mesmos valores; entretanto, em relação às despesas correntes (outras despesas correntes), houve diferença entre a dotação proposta pela UO e a PLOA.

Pode-se afirmar também que os créditos orçados foram suficientes para cobrir a demanda do exercício de 2011, nessas categorias econômicas, havendo, inclusive, sobra de orçamento que ensejou o cancelamento de créditos pela setorial orçamentária do Ministério da Educação, no valor de R\$ 8.000.000,00, para as despesas de pessoal e encargos sociais, e de R\$ 1.029.342,00 para as outras despesas correntes, com a finalidade de atender à demanda de outras unidades subordinadas ao MEC.

2.3.1.2 Programação de despesas de capital

Para apresentação das informações referentes à programação de despesas de capital da Unilab, em 2011, a tabela 3, a seguir, está organizada em 3 (três) colunas duplas, que contemplam os 3 (três) grupos de despesas componentes da categoria econômica das “despesas de capital”, englobando os valores orçados relativos ao pagamento de investimentos, às inversões financeiras e à amortização da dívida.

Cada grupo de despesa de capital foi segmentado nos exercícios de 2010 e 2011, contudo, a unidade orçamentária da Unilab não foi contemplada com orçamento em 2010, tendo em vista que somente foi criada por lei em julho de 2010, motivo pelo qual as colunas referentes ao ano de 2010 encontram-se em branco.

- As linhas da tabela 3, por sua vez, estão divididas em 3 (três) grupos de informação, a saber:
- LOA – compreendendo a dotação proposta pela UO, Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada;
 - Créditos – compostos pelos créditos suplementares, especiais abertos e especiais reabertos, extraordinários abertos e extraordinários reabertos e créditos cancelados; e,
 - Outras operações.

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital (Valores em R\$ 1,00)					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	77.800.000,00					
	PLOA	77.800.000,00					
	LOA	32.500.000,00					
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		32.500.000,00	-	-	-	-	-

Tabela 3 – Programação de Despesas de Capital

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 3, pode-se verificar que a dotação orçamentária proposta pela Universidade, o Projeto de LOA (PLOA) e a própria LOA aprovada, em relação às despesas de capital relativas aos investimentos, apresentaram valores diferentes, demonstrando que houve uma redução entre o valor proposto pela UO (R\$ 77.800.000,00) e o valor aprovado na LOA (R\$ 32.500.000,00), que compreendeu o valor orçado para as obras do Campus das Auroras, R\$ 32.000.000,00, e o valor orçado para as obras do Campus de São Francisco do Conde, R\$ 500.000,00, decorrente de uma emenda parlamentar que incluiu a previsão orçamentária para a implantação do referido Campus, no Estado da Bahia.

Pode-se afirmar, também, que esses créditos orçados foram suficientes para cobrir a demanda do exercício de 2011, nessa categoria econômica, o que ensejou a licitação da primeira parte da obra do Campus das Auroras, no município de Redenção.

2.3.1.3 Resumo da programação de despesas

A tabela 4, a seguir, evidencia um resumo dos 2 (dois) demonstrativos anteriores (tabela 2 e 3), evidenciando o montante das despesas correntes e de capital programadas em 2011.

(Valores em R\$ 1,00)							
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	37.687.355,00					
	PLOA	37.687.355,00		32.000.000,00			
	LOA	37.687.355,00		32.500.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	9.029.342,00					
Outras Operações							
Total		28.658.013,00	-	32.500.000,00	-	-	-

Tabela 4 – Resumo da Programação de Despesas

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 4, pode-se verificar que o montante de despesas correntes orçadas foi R\$ 37.687.355,00, sendo cancelados créditos no montante de R\$ 9.029.342,00, o que representou 24% do valor total orçado. Com relação às despesas de capital, o montante orçado foi de R\$ 32.500.000,00, e não houve suplementações, e nem cancelamentos, no decorrer do exercício de 2011, apenas bloqueio de créditos referente à ação 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) –, para implantação do Campus de São Francisco do Conde, conforme orientações do Ofício Circular nº. 10/2011 GAB/SPO/SE/MEC, em maio de 2011

2.3.1.4 Movimentação orçamentária por grupo de despesa

A tabela 5, a seguir, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidade Gestora (UG) não associada à Unilab. Esta tabela contempla 5 (cinco) colunas e está dividida em 2 (dois) grupos de informação. O primeiro grupo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo grupo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

(Valores em R\$ 1,00)						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153045	26442123641073125B0023			2.000.000,00
	Recebidos	150014	2610112122106722720001			5.035,71
		150028	2610112366106085260001			1.300.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Tabela 5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 5, pode-se verificar que não ocorreram concessões, nem recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna, nem por movimentação externa para as despesas de capital.

No tocante às despesas correntes, verifica-se na tabela 5 que a Universidade incorreu apenas em destaques, por meio de movimentações externas, sendo 1 (um) destaque concedido no valor de R\$ 2.000.000,00 para a Universidade Federal do Ceará (UG 153045), em virtude da necessidade de ressarcimento das despesas efetuadas durante o primeiro semestre de 2011 para a Unilab, tendo em vista que a Unilab ainda processava as licitações para realizar as despesas com o seu orçamento próprio, conforme ofício de solicitação nº. 218/2011/PR/ADM.

Além do destaque concedido, foram recebidos outros destaques, sendo 1 (um) proveniente do orçamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) – UG 150028 – para atender ao Projeto “Constituição e Desenvolvimento do Centro de Referência em EJA” (Processo: 23000.010.789/2011-73) e 3 (três) destaques provenientes da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) – UG 150014, no valor total de R\$ 5.035,71 para atender às capacitações relativas ao Curso de Siafi Gerencial exclusivo para Relatório de Gestão, à Capacitação em Orçamento e Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, com ênfase no Novo Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR), e ao Curso de Capacitação do Encerramento do Exercício de 2011.

2.3.2 Execução orçamentária das despesas

As informações sobre a execução orçamentária estão divididas em 2 (dois) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, a saber:

1. Execução Orçamentária de Créditos originários da Universidade:
 - a) Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.
2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Universidade por Movimentação:
 - a) Despesas por Modalidade de Contratação;
 - b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
 - c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

O conjunto de demonstrativos relacionados acima é composto por 3 (três) tabelas semelhantes, a saber: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes, por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos de demonstrativos reside no fato de o primeiro conjunto se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício; enquanto o segundo conjunto se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

2.3.2.1 Execução orçamentária de créditos originários da Universidade

a) Despesas por Modalidade de Contratação

A tabela 6, a seguir, denominada Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da Universidade, contempla 2 (duas) colunas com informações sobre a despesa liquidada e a despesa paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2010 e 2011. Contudo, a Unilab não possuía orçamento em 2010, motivo pelo qual as colunas referentes a esse ano não têm registro.

As linhas da tabela 6, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o convite, a tomada de preços, a concorrência, o pregão, o concurso, a consulta e o registro de preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a inexigibilidade e a dispensa.

No grupo “Regime de Execução Especial”, está o suprimento de fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de pessoal por meio de folha de pagamento ou de diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros” são consideradas as despesas que não se enquadrarem nos itens anteriores.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	1.107.510,43	-	1.107.510,43	-
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	1.107.510,43		1.107.510,43	
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas	2.365.266,78	-	2.364.596,78	-
Dispensa	2.336.457,15		2.335.787,15	
Inexigibilidade	28.809,63		28.809,63	
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	6.205.339,46	-	6.205.339,46	-
Pagamento em Folha	6.067.681,32		6.067.681,32	
Diárias	137.658,14		137.658,14	
Outros	289.128,56		289.128,56	
Totais	9.967.245,23	-	9.966.575,23	-

Tabela 6 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da Universidade

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Primeiramente, faz-se necessário ressaltar que não foi possível separar, na tabela 6, as despesas liquidadas e pagas decorrentes da modalidade de licitação “Pregão” das despesas da modalidade de licitação “Registro de Preços”, tendo em vista que esta não é uma modalidade prevista no SIAFI para registro diferenciado, o que enseja o registro na modalidade pregão, independentemente de ter ocorrido por meio de sistema de registro de preços ou não. Dessa forma, todas as despesas liquidadas e pagas por meio da modalidade de licitação “Registro de Preços” e “Pregão” foram incluídas na linha da tabela 6 que se refere à modalidade de licitação pregão.

Da análise da tabela 6, pode-se verificar que 62% (R\$ 6.205,339,46) da execução orçamentária dos créditos originários da Universidade (R\$ 9.967.245,23) diz respeito às despesas para pagamento de pessoal, representadas em sua maioria pelo pagamento da folha de pessoal da Unilab (R\$ 6.067.681,32).

Em segundo lugar, representando aproximadamente 24% da execução orçamentária dos créditos originários da Universidade, encontram-se as despesas executadas por meio de contratações diretas (R\$ 2.365.266,78), sendo representadas principalmente por dispensa de licitação (R\$ 2.336.457,15) e, em menor volume, pelas inexigibilidades (R\$ 28.809,63).

O restante da execução orçamentária dos créditos originários da Universidade, 14% (R\$ 1.107.510,43), foi executado por meio da modalidade de licitação “Pregão” ou por meio de “Registro de Preços”.

b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela 7, a seguir, denominada Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da Universidade, contém 4 (quatro) colunas com os seguintes campos: despesa empenhada, despesa liquidada, restos a pagar (RP) não processados e valores pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios de 2010 e 2011. Contudo, a Unilab não possuía orçamento em 2010, motivo pelo qual as colunas referentes ao ano de 2010 encontram-se em branco.

As linhas, por sua vez, discriminam os 3 (três) grupos da despesa corrente: despesas de pessoal; juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. Cada grupo de despesa contempla os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2011, discriminados em ordem decrescente desse montante, enquanto o quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	5.767.786,47	-	5.767.786,47	-	-	-	5.767.786,47	-
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.031.760,40		4.031.760,40				4.031.760,40	
Obrigações Patronais	882.953,19		882.953,19				882.953,19	
Contratação Por Tempo Determinado	467.784,47		467.784,47				467.784,47	
Demais elementos do grupo	385.288,41		385.288,41				385.288,41	
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	6.045.586,56	-	3.870.491,10	-	2.175.095,46	-	3.869.821,10	-
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.417.879,24		2.253.466,19		1.164.413,05		2.252.796,19	
Locação de Mão de Obra	1.044.247,10		447.567,56		596.679,54		447.567,56	
Material de Consumo	302.994,97		131.393,21		171.601,76		131.393,21	
Demais elementos do grupo	1.280.465,25		1.038.064,14		242.401,11		1.038.064,14	
Totais	11.813.373,03	-	9.638.277,57	-	2.175.095,46	-	9.637.607,57	-

Tabela 7 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Universidade

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 7, observa-se que no grupo de despesas de pessoal o elemento que obteve a maior execução orçamentária e financeira, em 2011, foi o grupo “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”, com R\$ 4.031.760,40, que representa 70% do total de despesas executadas de pessoal (R\$ 5.767.786,47). Em segundo lugar, encontra-se o grupo de “Obrigações Patronais”, com R\$ 882.953,19, que representa 15% das despesas de pessoal; em terceiro lugar, destaca-se o grupo de “Contratação por Tempo Determinado”, com R\$ 467.784,47, que representa 8% das despesas de pessoal. Os demais elementos de despesa de pessoal, com R\$ 385.288,41, representam 7% das despesas de pessoal.

No grupo de juros e encargos da dívida, não ocorreu movimentação orçamentária, nem financeira, tendo em vista que a Universidade não contraiu nenhum empréstimo ou financiamento, em 2011.

No grupo das outras despesas correntes, observa-se que o elemento de despesa que possuiu a maior execução orçamentária e financeira foi “Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 3.417.879,24, que representa 29% do total de outras despesas correntes empenhadas (R\$ 11.813.373,03), contudo, somente 66% das despesas empenhadas foram liquidadas, ou seja, efetivamente incorridas em 2011 (R\$ 2.253.466,19), onde apenas R\$ 670,00 (diferença entre as despesas liquidadas e os valores pagos) das despesas liquidadas não foram pagas e passaram a compor os Restos a Pagar Processados, 34% restante das despesas empenhadas e não-liquidadas (R\$ 1.164.413,05) foi inscrito em restos a pagar (RP) não-processados.

O 2º elemento de despesa, do grupo das outras despesas correntes, em termos de execução orçamentária e financeira foi “Locação de Mão de Obra”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 1.044.247,10, que representa aproximadamente 9% do total de outras despesas correntes empenhadas (R\$ 11.813.373,03), contudo, somente 43% dessas despesas empenhadas foram liquidadas, ou seja, efetivamente incorridas e pagas em 2011 (R\$ 447.567,56). Os 57% restantes das despesas empenhadas e não-liquidadas (R\$ 596.679,54) foram inscritas em restos a pagar (RP) não-processados.

Por fim, o 3º elemento de despesa, do grupo das outras despesas correntes, em termos de execução orçamentária e financeira foi “Material de Consumo”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 302.994,97, que representa aproximadamente 5% do total de outras despesas correntes empenhadas (R\$ 11.813.373,03). Contudo, somente 43% dessas despesas empenhadas foram liquidadas, ou seja, efetivamente incorridas e pagas em 2011 (R\$ 131.393,21). Os 57% restantes das despesas empenhadas e não-liquidadas (R\$ 171.601,76) foram inscritas em restos a pagar (RP) não-processados.

c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela 8, a seguir, denominada Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Universidade, tem a mesma estrutura da tabela 7, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados, quais sejam:

- 4 – Investimentos;
- 5 – Inversões Financeiras;
- 6 – Amortização da Dívida.

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	12.498.874,65	-	328.967,66	-	12.169.906,99	-	328.967,66	-
Obras e Instalações - Op. Int. Orc.	8.527.402,32				8.527.402,32			
Equip. e Material Permanente - Op. Intra-Orc.	3.494.248,83		328.967,66		3.165.281,17		328.967,66	
Aquisição de Imóveis	420.000,00				420.000,00			
Demais elementos do grupo	57.223,50				57.223,50			
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	12.498.874,65	-	328.967,66	-	12.169.906,99	-	328.967,66	-

Tabela 8 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da Universidade

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 8, observa-se que não ocorreu movimentação orçamentária e financeira nos grupos de despesas “inversões financeiras” e “amortização da dívida”, em 2011. No grupo de “investimentos”, o elemento que obteve a maior execução orçamentária, em 2011, foi o grupo “Obras e Instalações”, com R\$ 8.527.402,32, que representa 68% do total de despesas de capital executadas (R\$ 12.441.651,15); seguido, em segundo lugar, pelo grupo de “Equipamentos e Material Permanente”, com R\$ 3.494.248,83, que representa 28% das despesas de capital; em terceiro lugar, pelo grupo de “Aquisição de Imóveis”, com R\$ 420.000,00, que representa 3% das despesas de capital; e, por fim, os demais elementos do grupo, com R\$ 57.223,50, que representa 1% das despesas de capital.

As despesas empenhadas relativas às obras e instalações e aquisição de imóveis foram incorridas próximas ao final do exercício, motivo pelo qual ficaram em restos a pagar não-processados. As despesas empenhadas para aquisição de equipamentos e material permanente foram efetivamente incorridas (liquidadas) e pagas no montante de R\$ 328.967,66 (aproximadamente 10% do total deste grupo), o restante ficou em restos a pagar não-processados.

2.3.2.2 Execução orçamentária de créditos recebidos pela Universidade por movimentação

Este item contempla a mesma estrutura de informações do item 2.4.2.1, diferenciando-se por demonstrar a execução orçamentária dos créditos recebidos por movimentação interna e externa. Os conjuntos de demonstrativos são compostos por 3 (três) tabelas semelhantes às do item 2.4.2.1, a saber: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

a) Despesas por Modalidade de Contratação

A tabela 9, a seguir, denominada Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos pela Universidade por movimentação, contempla 2 (duas) colunas com informações sobre a despesa liquidada e a despesa paga. Cada uma delas, dividida nos exercícios 2010 e 2011. Contudo, a Unilab não recebeu orçamento de outras unidades gestoras, em 2010, motivo pelo qual as colunas referentes ao ano de 2010 não têm registro.

As linhas da tabela 9, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o convite, a tomada de preços, a concorrência, o pregão, o concurso, a consulta e o registro de preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a inexigibilidade e a dispensa.

No grupo “Regime de Execução Especial”, está o suprimento de fundos, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de pessoal por meio de folha de pagamento ou de diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros”, são consideradas as despesas que não se enquadram nos itens anteriores.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.931,21	-	2.931,21	-
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	2.931,21		2.931,21	
Concurso				

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Consulta				
Contratações Diretas	200.000,00	-	200.000,00	-
Dispensa	200.000,00		200.000,00	
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	2.104,50	-	2.104,50	-
Pagamento em Folha				
Diárias	2.104,50		2.104,50	
Outras				
Totais	205.035,71	-	205.035,71	-

Tabela 9 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos pela Universidade por movimentação

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 9, pode-se verificar que, dos créditos recebidos por movimentação, a parte mais representativa, R\$ 200.000,00, diz respeito às despesas liquidadas e pagas relativas à contratação direta da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), por meio de dispensa de licitação, para execução do projeto “Constituição e Desenvolvimento do Centro de Referência em EJA” (ECOSS).

O restante da execução orçamentária dos créditos recebidos pela Universidade foi para atender às capacitações promovidas pela SPO, utilizando-se o orçamento para pagamento de passagens aéreas, executado por meio da modalidade de licitação “Pregão”, bem como pagamento de diárias para os servidores participarem das capacitações.

b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela 10, a seguir, denominada “Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação”, contém 4 (quatro) colunas com os seguintes campos: despesa empenhada, despesa liquidada, restos a pagar (RP) não processados e valores pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios de 2010 e 2011. Contudo, a Unilab não recebeu orçamento de outras unidades gestoras, em 2010, motivo pelo qual as colunas referentes ao ano de 2010 não têm registro.

As linhas, por sua vez, discriminam os 3 (três) grupos da despesa corrente: despesas de pessoal; juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. Cada grupo de despesa contempla os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2011, discriminados em ordem decrescente desse montante, enquanto o quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	1.305.035,71	-	205.035,71	-	1.100.000,00	-	205.035,71	-
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.300.000,00		200.000,00		1.100.000,00		200.000,00	
Passagens e despesas com locomoção	2.931,21		2.931,21		-		2.931,21	
Diárias - Pessoal Civil	2.104,50		2.104,50		-		2.104,50	
Demais elementos do grupo	-		-		-		-	
Totais	1.305.035,71	-	205.035,71	-	1.100.000,00	-	205.035,71	-

Tabela 10 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Fonte: SIAFI Gerencial (2011).

Da análise da tabela 10, observa-se que a Unilab recebeu créditos por movimentação apenas para atender ao grupo das outras despesas correntes, totalizando R\$ 1.305.035,71 de despesas empenhadas, em que o elemento de despesa de maior execução orçamentária e financeira foi “Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 1.300.000,00, o que representa 99% do total de outras despesas correntes empenhadas. Contudo, somente, aproximadamente, 16% dessas despesas empenhadas foram liquidadas e pagas, ou seja, efetivamente incorridas em 2011 (R\$ 200.000,00), os 84% restantes das despesas empenhadas e não-liquidadas (R\$ 1.100.000,00) foram inscritos em restos a pagar (RP) não-processados.

Os demais elementos de despesa, do grupo das outras despesas correntes, em que houve créditos recebidos por movimentação foram “Passagens e despesas com locomoção”, com despesas empenhadas, liquidadas e pagas no valor de R\$ 2.931,21; e “Diárias – Pessoal Civil”, com despesas empenhadas, liquidadas e pagas no valor de R\$ 2.104,50.

c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

A Unilab não recebeu créditos de outras unidades gestoras, por meio de movimentação, relacionados às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida), no exercício de 2011.

3 INFORMAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HUMANOS

Este item do Relatório de Gestão demonstra os dados sobre a composição e os custos dos recursos humanos da Universidade, os indicadores gerenciais porventura instituídos e a análise crítica sobre a situação da gestão de recursos humanos.

3.1 Composição do quadro de servidores ativos

O perfil do quadro de servidores ativos da Universidade está demonstrado por meio de 5 (cinco) tabelas, evidenciando, cada uma, os seguintes aspectos do quadro de pessoal, a saber:

- a) a tabela 11 demonstra a composição da força de trabalho da Universidade;
- b) a tabela 12 evidencia as situações que reduzem a força efetiva de trabalho da Universidade;
- c) a tabela 13 demonstra a distribuição dos cargos em comissão e das funções gratificadas;
- d) a tabela 14 demonstra o perfil etário dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados da Universidade;
- e) a tabela 15 demonstra o perfil escolar dos ocupantes de cargos efetivos e comissionados da Universidade.

3.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Universidade

A tabela 11, a seguir, demonstra o total de servidores que compõem o quadro de pessoal da Universidade, sendo apresentado, nas linhas, o resultado da soma dos servidores em cargos efetivos (compreendendo os membros de poder e agentes políticos e os servidores de carreira, estes últimos, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na Universidade, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro diferentes subtipos, quais sejam: servidores de carreira vinculada ao órgão; servidores de carreira em exercício descentralizado; servidores de carreira em exercício provisório; servidores requisitados de outros órgãos e esferas); e os servidores com contratos temporários.

Nas colunas, a informação foi dividida entre o quantitativo de lotação autorizada para provimento de cargos na Universidade, o quantitativo de lotação efetiva de cargos providos na Universidade, o quantitativo de servidores que ingressaram na Universidade e o quantitativo de servidores que saíram da Universidade, em 2011.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	207	62	30	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	“não há”	-	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	207	62	30	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	207	54	28	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	“não há”	1	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	“não há”	-	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	“não há”	7	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	“não há”	10	10	0
3. Total de Servidores (1+2)	207	72	40	4

Tabela 11 – Força de trabalho da Universidade – Situação apurada em 31/12

Fonte: COGEP (2011).

Da análise da tabela 11, pode-se observar que há 207 lotações autorizadas para provimento de cargos de servidores de carreira vinculada ao órgão, e, destas, apenas 54 lotações foram efetivadas, sendo 28 ocupantes ingressos e 3 ocupantes egressos, em 2011. Além desses servidores, a Unilab possui 1 servidor de carreiras típicas de Estado, vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na Universidade, mediante exercício descentralizado de atividade; e 7 servidores requisitados que exercem atividades na Universidade, conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei n.º 8.112/90. Destes, apenas 1 ocupante ingressou e 1 ocupante saiu, em 2011. Portanto, em 2011, a Unilab totalizou 62 lotações efetivas, sendo 30 ocupantes ingressos e 4 ocupantes egressos no exercício de 2011.

Em relação aos servidores com contrato temporário, a Unilab dispõe de 10 servidores que ingressaram no exercício de 2011, os quais estão exercendo atividades como professores visitantes. Portanto, até o final de 2011, a Unilab apresenta 72 lotações efetivas, sendo 40 ingressos e 4 egressos.

3.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Universidade

A tabela 12 evidencia as situações que reduzem a força de trabalho da Universidade, caracterizadas pela ausência momentânea de servidor, conforme previsões da Lei n.º. 8.112/90. Para cada tipologia dos afastamentos, a Universidade informa a quantidade de pessoas do seu quadro que se encontrava naquela situação em 31 de dezembro de 2011.

Tipologia dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-

Tipologia dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Tabela 12 – Situações que reduzem a força de trabalho da Universidade – Situação em 31/12

Fonte: COGEP (2011).

Da análise da tabela 12, pode-se observar que ocorreu apenas 1 (uma) situação de afastamento que reduziu a força de trabalho da Universidade, em 2011, motivada pela remoção de 2 (dois) servidores, sendo 1 (um) de ofício, no interesse da Administração, e 1 (um) a pedido, a critério da Administração.

3.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Universidade

A tabela 13, a seguir, identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da Universidade, baseando-se na estrutura apresentada na tabela 11. Entende-se como cargos em comissão aqueles ocupados por servidores que ingressaram na Universidade, mediante o instituto do provimento em comissão, tomando-se por referência o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento Superior; e funções gratificadas, segundo as especificações a seguir:

- a) Cargos de Natureza Especial: para efeito da tabela 13, cargos de natureza especial são os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios.

- b) Grupo Direção e Assessoramento Superior: servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS), dividindo-se, para efeito da tabela 13, em cinco (5) tipos diferentes, a saber: servidores de carreira vinculada ao órgão, servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de outros órgãos e esferas, sem vínculo e aposentados.
- c) Funções Gratificadas: servidores ocupantes de cargos de função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em três (3) subtipos diferentes, quais sejam: servidor de carreira vinculada ao órgão; servidor de carreira em exercício descentralizado e servidor de outros órgãos e esferas.

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	37	24	7	3
1.1. Cargos Natureza Especial		-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		24	7	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		14	3	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	1	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		7	1	1
1.2.4. Sem vínculo		2	2	1
1.2.5. Aposentados		-	-	-
2. Funções gratificadas	130	5	3	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	130	5	3	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	167	29	10	3

Tabela 13 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Universidade (Situação em 31 de dezembro de 2011)

Fonte: COGEP (2011).

Da análise da tabela 13, pode-se observar que há 37 lotações autorizadas para provimento de cargos em comissão, e, em 2011, 24 lotações foram efetivadas para cargos do grupo de Direção e Assessoramento Superior, sendo 14 cargos ocupados por servidores de carreira vinculada ao órgão, em que 3 ocupantes ingressaram nos cargos e 1 ocupante saiu do cargo, em 2011; 7 cargos ocupados por servidores de outros órgãos e esferas, em que 1 ocupante ingressou e 1 ocupante saiu, em 2011; 2 cargos ocupados por servidores sem vínculo, em que 2 ocupantes ingressaram e 1 ocupante saiu, em 2011; e 1 cargo ocupado por servidor de carreira em exercício descentralizado que ingressou em 2011.

Além dos cargos em comissão, a Unilab possui 137 lotações autorizadas para funções gratificadas e apenas 5 lotações efetivadas, em que 3 ocupantes ingressaram em 2011. Portanto, até o final de 2011, a Unilab possui 167 lotações autorizadas, 29 lotações efetivas de servidores em cargos em comissão e funções gratificadas, em que 10 ocupantes ingressaram e 3 ocupantes saíram, em 2011.

3.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Universidade, segundo a idade

A tabela 14, a seguir, visa demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da Universidade. Esta tabela segue estrutura semelhante à das tabelas 11 e 13, uma vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões, segundo a faixa etária, em 31 de dezembro de 2011.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	23	22	10	6	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	22	17	9	6	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	5	1	-	1
2. Provimento de cargo em comissão	-	1	2	3	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	2	3	2
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	23	23	12	9	4

Tabela 14 – Quantidade de servidores da Universidade por faixa etária - Situação apurada em 31/12
Fonte: COGEP (2011).

Da análise da tabela 14, pode-se observar que o maior número de servidores de carreira, ocupantes de cargos efetivos, estão na faixa etária de até 30 anos (22 servidores), seguidos por 17 servidores efetivos que possuem de 31 a 40 anos, 9 servidores na faixa de 41 a 50 anos, 6 servidores entre 51 e 60 anos e 1 servidor acima de 60 anos. Quanto aos servidores com contratos temporários, há 5 servidores de 31 a 40 anos, 1 servidor até 30 anos, 1 servidor de 41 a 50 anos e 1 servidor acima de 60 anos. Quanto aos cargos de provimento em comissão, há 3 ocupantes de 51 a 60 anos, 2 ocupantes de 41 a 50 anos, 2 ocupantes acima de 60 anos e 1 ocupante de 31 a 40 anos.

3.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Universidade, segundo a escolaridade

A tabela 15, a seguir, visa demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da Universidade. Esta tabela segue estrutura semelhante à das tabelas 13 e 14, uma vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões, segundo o nível de escolaridade, em 31 de dezembro de 2011.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	4	18	4	5	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-					
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	4	18	4	5	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	10
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	1	-	-	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-				
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1			5
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-				
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	4	19	4	5	34

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Tabela 15 – Quantidade de servidores da Universidade por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Fonte: COGEP (2011).

Da tabela 15, pode-se observar que a maioria dos servidores (34 servidores) possuem nível de escolaridade 9, correspondente ao Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência, sendo 19 servidores de carreira, 10 servidores com contrato temporário e 5 servidores de cargos em comissão. Em segundo lugar, estão os 19 servidores com nível de escolaridade 6, correspondente ao nível Superior, sendo 18 servidores de carreira e 1 servidor ocupante de cargo em comissão; seguidos de 5 servidores de carreiras que possuem nível de Mestrado; 4 servidores de carreira com nível de Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-graduação e 4 servidores de carreira com nível de segundo grau ou técnico.

3.2 Terceirização de mão de obra empregada pela Universidade

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito da Universidade foram tratadas considerando os seguintes aspectos: os atos autorizativos para a realização de concursos e provimentos adicionais; os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva; a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais da Unilab.

3.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Universidade

A tabela 16, a seguir, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva com vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício.

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA													
UG/Gestão: 158565							CNPJ: 12.397.930/0001-00						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	09.172.237/0001-24	16/05/2011	15/05/2012	6	6	1	1	0	0	A
2011	V	O	06/2011	37.162.435/0009-08	14/06/2011	15/06/2012	0	0	24	16	0	0	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Tabela 16 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Fonte: CIED (2011).

De acordo com a tabela 16, pode-se verificar que a Unilab possui 2 (dois) contratos de prestação de serviços celebrados em 2011, sendo 1 (um) de limpeza (contrato nº. 04/2011) e 1 (um) de vigilância ostensiva (contrato nº. 06/2011), ambos de natureza ordinária e com vigência até 2012.

Quanto ao número de servidores suportados pelo contrato de prestação de serviço, há 6 (seis) contratados com nível fundamental de escolaridade e 17 (dezesete) contratados com nível médio, sendo 1 (um) do contrato de limpeza e 16 (dezesesseis) de 24 contratados previstos no contrato de vigilância ostensiva.

3.2.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Este item compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra vigentes no exercício de 2011. Excetuam-se da tabela 17, a seguir, os contratos relativos à limpeza, higiene e vigilância ostensiva, por terem sido tratados no item anterior.

Unidade Contratante																																		
Nome: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA																																		
UG/Gestão: 158565					CNPJ: 12.397.930/0001-00																													
Informações sobre os contratos																																		
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.																					
					Início	Fim	F		M		S																							
							P	C	P	C	P	C																						
2011	4	O	77/2011	09.172.237/0001-24	10/06/2011	09/06/2012	0	0	10	8	0	0	A																					
2011	14	O	17/2011	05.485.352/0001-06	23/11/2011	22/11/2012	4	4	5	5	0	0	A																					
2011	14	O	20/2011	00.332.833/0005-83	30/11/2011	29/11/2012	0	0	3	3	4	4	A																					
2011	11	O	15/2011	09.069.278/0001-90	30/09/2011	29/09/2012	0	0	4	4	0	0	A																					
2011	13	O	05/2011	07.783.832/0001-70	31/05/2011	30/05/2012	0	0	11	13	0	0	A																					
Observações:																																		
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <table border="0"> <tr> <td>1. Conservação e Limpeza;</td> <td>8. Reprografia;</td> <td>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</td> </tr> <tr> <td>2. Segurança;</td> <td>9. Telecomunicações;</td> <td>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</td> </tr> <tr> <td>3. Vigilância;</td> <td>10. Manutenção de bens móveis;</td> <td>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal;</td> </tr> <tr> <td>4. Transportes;</td> <td>11. Manutenção de bens imóveis</td> <td>(P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</td> </tr> <tr> <td>5. Informática;</td> <td>12. Brigadistas</td> <td>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista</td> </tr> <tr> <td>6. Copeiragem;</td> <td>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</td> <td>no contrato; (C) Efetivamente contratada.</td> </tr> <tr> <td>7. Recepção;</td> <td>14. Outras</td> <td></td> </tr> </table>														1. Conservação e Limpeza;	8. Reprografia;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	2. Segurança;	9. Telecomunicações;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.	3. Vigilância;	10. Manutenção de bens móveis;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal;	4. Transportes;	11. Manutenção de bens imóveis	(P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	5. Informática;	12. Brigadistas	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista	6. Copeiragem;	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	no contrato; (C) Efetivamente contratada.	7. Recepção;	14. Outras	
1. Conservação e Limpeza;	8. Reprografia;	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																																
2. Segurança;	9. Telecomunicações;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																																
3. Vigilância;	10. Manutenção de bens móveis;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal;																																
4. Transportes;	11. Manutenção de bens imóveis	(P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																																
5. Informática;	12. Brigadistas	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista																																
6. Copeiragem;	13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	no contrato; (C) Efetivamente contratada.																																
7. Recepção;	14. Outras																																	

Tabela 17 – Contratos de locação de mão de obra

Fonte: CIED (2011).

Da tabela 17, observa-se que a Unilab possui 5 (cinco) contratos de locação de mão de obra para executar atividades não abrangidas pelo plano de cargos, todos vigentes de 2011 a 2012 e de natureza ordinária nas seguintes áreas: transporte, manutenção de bens imóveis, apoio administrativo e outras.

4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

A Coordenadora de Recursos Orçamentários, órgão da Pró-Reitoria de Administração, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ana Regina Ratts Frazão, [REDACTED] declara (Anexo I) junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

5 INFORMAÇÕES SOBRE A ENTREGA E O TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Este item do relatório de gestão compreende as informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº. 8.730/93.

O cumprimento das obrigações fixadas pela Lei nº. 8.730/93 está demonstrado na tabela 19, o qual especifica, dentro da classificação de cargos e funções, os obrigados pela referida Lei a entregar a DBR, a quantidade de pessoas submetidas à obrigação em cada um dos momentos: a posse ou o início do exercício na função ou no cargo; o fim do exercício de cargo; o fim de exercício financeiro.

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	29	17	29
	Entregaram a DBR	18	08	18
	Não cumpriram a obrigação	11	09	11

Tabela 18 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Fonte: SIAPE (2011).

Para cada um desses momentos caracterizados pela Lei, a Universidade apresenta a quantidade de pessoas submetidas à obrigação; a quantidade de pessoas que cumpriram a obrigação e a quantidade de pessoas que não cumpriram a obrigação. Além disso, a Universidade apresenta, na forma de texto, as considerações sobre o gerenciamento do cumprimento dos dispositivos da referida Lei.

Os dados informados na Tabela 18 basearam-se nos relatórios do SIAPE, apurados em 2010 e em 2011, sobre as nomeações e/ou designações de função comissionadas e cargo de direção. Como percebe-se, em 2011, dos 29 servidores obrigados a entregar a DBR, em virtude de ter tomado posse ou início de função ou cargo, apenas 18 entregaram; dos 17 servidores obrigados a entregar a DBR, em virtude do final do exercício da função ou cargo, apenas 08 entregaram a DBR; e dos 29 servidores, que ao final do exercício financeiro possuíam funções comissionadas, apenas 18 entregaram a DBR.

Vale ressaltar que, em 2011, na Unilab, alguns servidores ocuparam mais de um cargo e/ou função, e, por esse motivo, houve dificuldade na análise e mensuração de alguns dados. Além disso, alguns servidores não entregaram a declaração, embora tenham sido notificadas a respeito dessa exigência.

6 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Este item do relatório de gestão compreende as informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº. 01/2010 e a Portaria nº. 02/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº. 5.940/2006.

Por meio dessas informações, este item tem por objetivo verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da Universidade são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, tendo em vista o impacto ambiental dos produtos e serviços adquiridos e de seus processos de elaboração e prestação.

A tabela 19, a seguir, traz as questões que avaliam, segundo a concordância ou não com as afirmações, de forma a obter o nível de concordância com cada item de afirmação, contendo a resposta indicada com um “X”, em uma escala de 1 a 5.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Nas aquisições de mobiliários ocorrem sempre exigências no que tange à utilização de madeira proveniente de reflorestamento na sua confecção.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade, ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: o questionário foi respondido individualmente pelo responsável pela Coordenação de Logística, levando-se em consideração as contratações do último exercício.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Tabela 19 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Fonte: Coordenação de Logística (2011).

7 GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Este item do relatório de gestão compreende as informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da Universidade, contemplando os seguintes aspectos:

- planejamento da área;
- perfil dos recursos humanos envolvidos;
- segurança da informação;
- desenvolvimento e produção de sistemas;
- contratação e gestão de bens e serviços de TI.

A tabela 20 está evidenciada em forma de questionário, de modo a obter o nível de concordância com cada item de afirmação, indicado pelo “X” em uma escala de 1 a 5.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há planejamento estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos recursos humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3 servidores				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.				X	
Segurança da informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe política de segurança da informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e gestão de bens e serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	45% (Sistemas da UFRN e Pergamum, os bens são todos da Universidade)				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Quesitos respondidos pelo Coordenador de TI, responsável pela implantação da TI na UNILAB. Como a Universidade está em fase de implantação da TI e dispõe de equipe reduzida (apenas o coordenador de TI e 2 técnicos de TI), o plano estratégico para a área de Tecnologia da Informação e a política de segurança da informação estão em fase de planejamento e elaboração para, em 2012, serem apresentados e apreciados pela Administração Superior da UNILAB.</p>					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

<p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					
--	--	--	--	--	--

Tabela 20 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada
 Fonte: Coordenação de Logística (2011).

8 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Este item do Relatório de Gestão contempla a responsabilidade do Contador quanto ao registro, à análise e à elaboração das demonstrações contábeis, por meio da declaração do contador responsável pela Universidade atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º. 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade. Conforme a Decisão Normativa n.º. 108/2010, a Universidade é obrigada a apresentar somente a Declaração do Contador responsável.

9 INDICADORES DE DESEMPENHO DO TCU

Este item do Relatório de Gestão compreende os indicadores de desempenho nos termos da Decisão TCU n.º. 408/2002, plenário e modificações posteriores, e tem por objetivo verificar o desempenho operacional da Universidade com base em um conjunto de indicadores operacionais.

A informação está estruturada em dois demonstrativos distintos e complementares contemplando, o primeiro, uma série temporal dos cinco últimos exercícios com um conjunto de itens de informação sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, enquanto o segundo demonstrativo contempla uma série temporal que abrange o exercício de 2011 e os quatro exercícios imediatamente anteriores, com os 12 (doze) indicadores definidos na Decisão n.º. TCU 408/2002 e modificação posteriores, conforme as tabelas 21 e 25 a seguir.

A tabela 21 apresenta os resultados decorrentes dos indicadores primários.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	10.794.035,50				
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	10.794.035,50				
Número de professores equivalentes	30				
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	86				
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	86				
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	338				
Total de alunos na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	0				
Alunos de residência médica (AR)	0				
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	387,75				
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	593,375				
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	0				
Número de alunos tempo integral de residência médica (ARTI)	0				

Tabela 21 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002
 Fonte: SIAFI (2011); PROGRAD (2011); COGEP (2011); PROPPGE (2011).

Da análise da tabela 21, pode-se verificar que, como a Unilab não possui hospital universitário, o custo corrente apurado foi de R\$ 10.794.035,50, obtido pelo somatório das despesas correntes (conta SIAFI nº 3.30.00.00) de R\$ 11.118.408,74, deduzidos os valores pagos em decorrência de sentenças judiciais (conta SIAFI nº 3.31.90.91) de R\$ 324.373,24.

Para o cálculo do número de professores equivalentes, foi considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem Dedicção Exclusiva - DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação, conforme apresentado na tabela 22 a seguir:

Regime de Dedicção	Peso
20 horas/semana	0,50
40 horas/semana	1,00
Dedicção Exclusiva	1,00

Tabela 22 – Considerações para o cálculo do número dos professores equivalentes

Fonte: Portaria TCU nº 123 (2011).

Dessa forma, o total de professores equivalentes obtido foi 30, a partir da soma de 29 professores em exercício efetivo no ensino superior, inclusive ocupantes de funções gratificadas, cargos comissionados e visitantes, em regime de tempo integral, e 2 professores em regime de 20h por semana.

Para o cálculo do número de funcionários equivalentes, foi considerado como referência, o servidor de tempo integral (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho, conforme apresentado na tabela 23 a seguir.

Regime de Trabalho	Peso
20 horas/semana	0,50
30 horas/semana	0,75
40 horas/semana	1,00

Tabela 23 – Considerações para o cálculo do número dos funcionários equivalentes

Fonte: Portaria TCU nº 123 (2011).

Dessa forma, o total de professores equivalentes obtido foi 86, a partir da soma de 34 servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade e 52 contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias.

Até o final de 2011, a Unilab contava com 338 alunos regularmente matriculados na graduação (AG), caracterizados como aqueles que realizaram sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e cursando pelo menos uma disciplina.

Até o final de 2011, a Unilab não possuía alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu, incluindo alunos de mestrado e de doutorado (APG), caracterizados como aqueles que realizam sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e cursando pelo menos uma disciplina; assim como não possuía alunos de residência médica (AR), tendo em vista que não oferece Curso de Medicina, nem dispõe de hospital universitário.

Para o cálculo do número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) foi considerada a seguinte fórmula: $AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \}$; onde NDI é o número de diplomados, no ano letivo de 2011, em cada curso, equivalendo ao número de alunos aptos a colar grau; DPC é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela 21 apresentada a seguir; NI é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo de 2011, em cada curso, devendo ser considerados apenas os alunos que ingressaram, pela primeira vez, no curso superior considerado; e o fator de retenção é calculado de acordo com metodologia da SESu apresentada na tabela 24.

Área	Descrição da Área	Fator de Retenção	Duração Padrão
CS1	Medicina	0,0650	6
CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5
CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4
CB	Ciências Biológicas	0,1250	4
ENG	Engenharias	0,0820	5
TEC	Tecnólogos	0,0820	3
CS3	Nutrição, Farmácia	0,0660	5
CA	Ciências Agrárias	0,0500	5
CE2	Ciências Exatas - Computação	0,1325	4
CE1	Ciências Exatas – Matemática e Estatística	0,1325	4
CSC	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4
A	Artes	0,1150	4
M	Música	0,1150	4
CS4	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Educação Física	0,0660	5
CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4
CSB	Direito	0,1200	5
LL	Linguística e Letras	0,1150	4
CH	Ciências Humanas	0,1000	4
CH1	Psicologia	0,1000	5
CH2	Formação de Professor	0,1000	4

Tabela 24 – SESu – Áreas, Fator de Retenção e Duração Padrão

Fonte: Portaria TCU nº 123 (2011).

Dessa forma, o número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) obtido foi 387,75. Para o cálculo do número de alunos equivalentes da graduação (AGE), foi considerada a seguinte fórmula: $AGE = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$; em que foi obtido o número 593,375.

Para o cálculo do número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI), foi considerada a fórmula: $APGTI = 2 * APG$. Como a Universidade não possui alunos matriculados na pós-graduação stricto sensu, esse número é 0 (zero).

Para o cálculo do número de alunos em tempo integral de residência médica (ARTI), foi considerada a fórmula: $ARTI = 2 * AR$. Como a Universidade não possui alunos de residência médica matriculados, esse número é 0 (zero).

A tabela 25 apresenta os 12 (doze) indicadores obtidos por meio das informações sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários.

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2011	2010	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	18.190,92				
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	18.190,92				
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	12,925				
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	4,5087				
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	4,5087				
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,87				
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	2,87				
Grau de Participação Estudantil (GPE)	1,1471				
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0				
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	0				
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	5				
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0				

Tabela 25 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Fonte: SIAFI (2011); PROGRAD (2011); COGEP (2011); PROPPGE (2011).

Para a obtenção dos indicadores apresentados na tabela 26, foram utilizados como cálculo as seguintes fórmulas:

- a) Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente com HU} / (\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI})$;
- b) Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente sem HU} / (\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI})$;
- c) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente = $(\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{Número de professores equivalentes}$;
- d) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = $(\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{Funcionário Equivalente com HU}$;
- e) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = $(\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{Funcionário Equivalente com HU}$;
- f) Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = $\text{Funcionário Equivalente com HU} / \text{Número de professores equivalentes}$;
- g) Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = $\text{Funcionário Equivalente sem HU} / \text{Número de professores equivalentes}$;
- h) Grau de Participação Estudantil (GPE) = AGTI / AG ;
- i) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG) = $\text{APG} / (\text{AG} + \text{APG})$;
- j) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = $(\sum \text{conceitos de todos os programas de pós-graduação}) / \text{Número de programas de pós-graduação}$
- k) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) = $(5D+3M+2E+G) / D+M+E+G$, conforme a tabela 26 a seguir;
- l) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = $\text{Número de diplomados} / \text{Número total de alunos ingressantes}$.

QUALIFICAÇÃO	PESO
Docentes doutores (D)	5
Docentes mestres (M)	3
Docentes com especialização (E)	2
Docentes graduados (G)	1

Tabela 26 – Pesos para o cálculo da taxa de sucesso na Graduação

Fonte: Portaria TCU n.º 123 (2011).

10 PROJETO DESENVOLVIDO POR FUNDAÇÃO

A Unilab, em 2011, firmou 01 (um) contrato, de nº. 22/2011, publicado no DOU de 09 de dezembro de 2011, com fundação de apoio, sob a égide da Lei nº 8.958/1994, para apoiar o Projeto do Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul – ECOSS, por meio do processo P24379/11-18, o qual contou com recursos descentralizados pela SECAD/MEC, em 31 de agosto de 2011, no valor total de R\$ 1.300.000,00. A vigência do contrato é de 12 meses, contados a partir de 29/11/2011 até 28/11/2012.

O objetivo geral do projeto é constituir um Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da cooperação Sul-Sul, que possibilite registrar e compartilhar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA), histórica e recente, nos países membros da CPLP, com ênfase em PALOP e Timor Leste. No Brasil, a abrangência do projeto é nacional, articulado com os Centros de Referência e Núcleos já constituídos no país, aliada à inserção no Maciço de Baturité/CE.

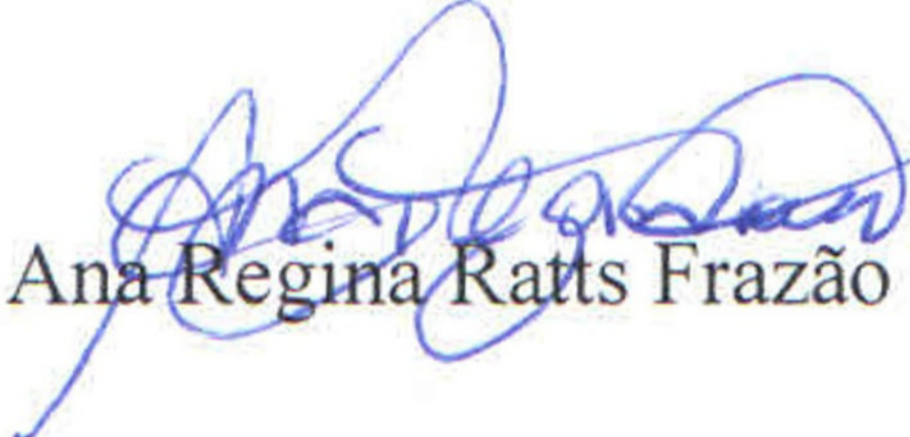
ANEXOS

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, Ana Regina Ratts Frazão, [REDACTED] Coordenadora de Recursos Orçamentários, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Redenção, 31 de maio de 2012.


Ana Regina Ratts Frazão

ANEXO II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira			158565
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) depreciação dos bens patrimoniais, tendo em vista que não foi possível realizar o registro devido à falta de controle patrimonial por meio de sistema informatizado;</p> <p>b) ausência de acompanhamento por meio do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, devido à ausência de controle informatizado do patrimônio; e,</p> <p>c) ausência de acompanhamento por meio do Relatório de Movimentação do Almoxarifado, devido à ausência de controle informatizado do almoxarifado.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Redenção	Data	31/05/2012
Contador Responsável	Luis Alberto Rodrigues	CRC nº	CE - 6759